

P	9	T
110	10	

INTRODUÇÃO À ONTOLOGIA

CAPÍTULO UM

A IDEIA DE ONTOLOGIA

1. O SER, PONTO DE PARTIDA DA ONTOLOGIA

1.1. A DESCOBERTA FÁCTICA DO SER

Se, na experiência comum do viver quotidiano, o ser de algum modo já **aparece** na resistência da realidade em torno e, sobretudo, na veemência do ato com que o afirmamos num «volo» criador, ele só o faz, porém, de modo **inaparente**, deixando-se ocultar e preterir pela instância das coisas em torno e a urgência da ação.

Assim, embora plenamente imerso na densidade do «mistério ontológico», como diria Gabriel Marcel, vive o homem geralmente dele alheado, preferindo, ao confronto com o enigma da existência, o refúgio junto do que de imediato se apresenta, buscando aí um ilusório conforto contra a constitutiva insegurança do viver.

Porém, situações há, incontornáveis, em que, pela via imediata do sentimento, numa experiência súbita de choque ou afeção, se abre e des-cobre **isso que é e há**: o ente em torno e o próprio. São instantes breves e fugazes em que, pelo espanto ou a dúvida, a admiração ou a angústia, o ser se ilumina, revelando-nos **já sendo** no meio dos outros entes. Fugaz é, contudo, o clarão, depressa apagado e esquecido pela rotina do hábito: em regra o homem comum contorna o encontro com o ser, quando lhe não pode escapar.

Homens há, no entanto, que, fazendo jus à sua humanidade, espontaneamente lançam para o mundo um olhar interrogativo e surpreso: vivem a eclosão do ser na plenitude da sua verdade, procurando levar a cabo a sua **expressa mostraçã**o quer através da apropriação reflexiva do ser-lançado da existência quer enquanto englobante universal do ente circundante.

1.2. A FORMULAÇÃO DA QUESTÃO ONTOLÓGICA

À descoberta fáctica do ser segue-se, neste caso, a interrogação ontológica, que instaura a assumpção do ser pelo pensar e, abrindo uma direccionalidade e um horizonte à inquirição, dá início à sua expressa dilucidação.

Podemos distinguir os seguintes níveis da interrogação ontológica: O que é o ente enquanto ente? O que é o ser do ente? Porquê o ente e não o nada? Que significa ser? São planos de sucessivo aprofundamento do mistério ontológico¹.

Com a introdução do «nada», enquanto não-ente, no terceiro nível, procura-se retomar o sentido ontológico do ser, eventualmente desvirtuado pela direcção tendencialmente ôntica da segunda pergunta.

1.3. A FORMALIZAÇÃO DA DESCOBERTA DO SER ATRAVÉS DA ANÁLISE DO JUÍZO

O saber imediato do ente, a que dá acesso a experiência ontológica, não elucida o ser na sua especificidade. Para que haja progresso no conhecimento, é necessário explicitar a compreensão

¹ Ver. Aristóteles, *Metafísica*, Γ, 1 e 2, 1003b e Z, 1028b; M. Heidegger, *Einführung in die Metaphysik, Gesamtausgabe*, tomo 40, Frankfurt a. Main, V. Klostermann, 1983, 1.º cap.: Die Grundfrage der Metaphysik, pp. 3-55, e J. B. Lotz, *Sein und Existenz*, Freiburg, Herder, 1965, IV parte, 5.º cap.: Ontisch-ontologisch als Grundspannung des Philosophierens, besonders heute, pp. 299-315.

não-temática do ser implícita na intuição empírica da «res visibilis» bem como na consciência do «eu sou».

O juízo fornece um primeiro fio condutor para o desocultamento do ser do ente, pois que realiza uma análise deste nos seus constituintes fundamentais. Assim, o sujeito da enunciação refere o **indivíduo**, o predicado indica a **essência** ou elementos desta e a **cópula**, no seu primeiro e fundamental sentido existencial, exprime o **ato de existir** do sujeito, validando a pretensão de verdade e realidade da predicação².

1.4. ESCLARECIMENTOS TERMINOLÓGICOS

a) A dupla aceção nominal e participial do ente

O termo «ente» (τὸ ὄν, ens, étant, Seiendes) pode ser tomado «ut nomen» ou «ut participium»³. No primeiro caso, significa direta e formalmente a essência, ou seja, a entidade (ousía), princípio de atividade e de inteligibilidade da coisa, conforme refere a «natureza» ou a «quididade», que é objeto da definição. Tomado participialmente, o termo «ente» significa o existente em ato, o sujeito concreto aí lançado, na contingência de uma efetividade sem uma intrínseca razão de ser. Conforme privilegiam a aceção nominal ou a participial, as ontologias adquirem uma feição essencialista ou existencial⁴. No primeiro caso, parte-se da essência e do seu dinamismo expressivo de possibilitação para procurar explicar a emergência da existência. No segundo caso, parte-se da facticidade da existência como iniciativa original oposta ao nada, mas também à generalidade do possível, uma livre causalidade sem causa, de conteúdo indeterminado, entregue ao desafio de se escolher e fazer a si mesma.

² Cf. J. B. Lotz, *Das Urteil und das Sein. Eine Grundlegung der Metaphysik*, München, 1957. Tradução francesa: *Le Jugement et l'Être. Les Fondements de la Métaphysique*, Paris, Beauchesne, 1963, sobretudo o cap. II, § VIII, pp. 64-82

³ Cf. Francisco Suarez, *Disputationes Metaphysicae*, edição e versão espanholas, Madrid, ed. Gredos, 1963, vol. I e II, secção 4, n.º 3.

⁴ Para a emergência e evolução históricas da dupla configuração essencial e existencial da ontologia, é de referência fundamental a obra de E. Gilson, *L'Être et l'Essence*, 2.ª ed., Paris, Vrin, 1972. Ver ainda de A. G. Alvarez, *Tratado de Metafísica. Ontologia*, 2.ª ed., Madrid, ed. Gredos, 1979, cap. 1, art. 2, pp. 198-204.

b) O verbo ser

O verbo «ser» (εἶναι, esse, être, Sein) exprime a ação pura como tal, que os demais verbos/ações pressupõem e significam, uma possibilidade de participação sempre relativa a um sujeito, que atua consumando. Pode empregar-se como verbo entitativo ou copulativo, significando no primeiro caso o mesmo que «existir» e, no segundo caso, a relação de pertença lógica entre um sujeito e um predicado, ocorrendo sobretudo nos juízos de talidade, em que se afirma ou nega certas propriedades de um qualquer sujeito⁵.

Apesar do muito antigo emprego copulativo do verbo «ser» nas línguas indo-europeias, ele deriva de um mais genuíno sentido existencial e só foi possível porque a este se sobrepôs como complemento um atributo nominal ou adjetivo. Outros verbos usados como cópula nessas línguas são de notável abstração e têm um significado próximo de «existir». A originalidade do sentido existencial é comprovada pela convertibilidade de todo o juízo predicativo numa asserção do tipo «há/existe P em S».

Do ponto de vista semântico, o verbo «ser» contém, sob a aparente abstração da sua forma infinitiva, uma riqueza de conteúdo bem concreta, presente ainda nas flexões verbais das línguas indo-europeias, significando **viver** (segundo a raiz «es», presente nas formas «einai», «esse», «ser», «sein»), **crescer** (segundo a raiz «bhu», presente em «be», «bin», «fuein», «fui») e **permanecer** (segundo a raiz «wes», presente nas formas germânicas «war», «gewesen» e «wesen») ⁶.

1.5. ACESSO TEMÁTICO AO SER: A ABSTRAÇÃO E A INTUIÇÃO INTELLECTUAL

Partindo das imagens colhidas pela intuição empírica na experiência do ente sensível e retidas pela imaginação, o intelecto agente

5 Cf. J. Gomez Caffarena, *Metafísica fundamental*, 2.^a ed., Madrid, ed. Cristiandad, 1983, cap. XIII, § 2: o ser na estrutura linguística, pp. 361-380.

6 Cf. M. Heidegger, *Einf. in die Metaphysik*, cap. 2, tradução francesa: *Introduction à la Métaphysique*, Paris, Gallimard, 1967, pp. 63-83.

abstrai os conteúdos essenciais do ente – a espécie, o género – até alcançar a determinação mais abstrata da **essência**, na sua pura formalidade. Porém, porque esta não se confunde com o próprio ser senão em desviado contexto essencialista, distinguiu a filosofia tomista aquela abstração **total** da essência do que designou por abstração **formal** do ser, caracterizando esta pela intelecção do íntimo **ato de existir** (actus essendi), que põe e sustém como ente concreto o sujeito de determinada essência – como fielmente denota o juízo existencial⁷.

De cariz distinto embora, ambas as abstrações pressupõem, da parte do intelecto, uma prévia intuição intelectual, que antecipadamente lhes abra acesso à essência e ao ser, permitindo a sua reconhecimento e distinção. É esta intuição intelectual, por isso, condição possibilitante do próprio saber ontológico, como veremos mais adiante na exposição do conceito de ontologia.

1.6. *UNIVERSALIDADE DO GÉNERO E UNIVERSALIDADE TRANSCENDENTAL DO SER*

A universalidade do ser distingue-se da genérica, assumindo uma modalidade própria, a que se dá o nome de **transcendental**. Enquanto no primeiro caso, a unidade só retém as determinações comuns às diversas espécies, excluindo as diferenças, que se lhe acrescentam do exterior, no caso do ser, não há diferença que o possa contrair exteriormente, pois que teria ou de já ser ou de ser coisa nenhuma.

O ser inclui, por isso, todas as diferenças, quer os indivíduos quer as suas determinações. Ele não é, assim, um género máximo, a nota comum e mais abstrata de uma diversidade extrínseca de géneros, mas um universal concreto, que compreende, ao mesmo tempo que transcende, os grandes géneros e demais determinações, em que intrinsecamente se diferencia.

Da máxima universalidade do ser decorre a sua indefinibilidade, ou seja, a impossibilidade de o subsumir, na predicação, a qualquer generalidade⁸.

1.7. A SIGNIFICAÇÃO DO SER: UNIVOCIDADE E ANALOGIA

Em virtude da sua universalidade transcendental, não é a unidade do ser simples, mas englobante da pluralidade dos entes em que se diferencia, segundo uma diversidade de géneros e espécies. Tal diferenciação do ser põe o problema de saber, se o sentido do seu conceito se mantém idêntico, ou se se altera, e como, ao predicar-se dos diversos tipos de ente⁸.

Três soluções foram propostas. A primeira, de inspiração empirista e nominalista, não reconhece nenhuma significação estável ao conceito de ser, considerando-o **equivoco**, por mudar de sentido de cada vez, em função do sujeito de que se predica. Trata-se de uma solução extremista, que inviabiliza de raiz o discurso ontológico, pois pulveriza o ser na pluralidade dos indivíduos, deixando como resto somente o termo, sem um conteúdo inteligível próprio. Do lado contrário está a tese da **univocidade**, que defende uma só significação para o conceito de ser, a que refere a essência ou quiddidade e denota a possibilidade ou não-contradição, primeira e mais simples nota inteligível pressuposta pelo existente e suas determinações objetivas, enquanto expressiva da pura aptidão para existir.

No meio termo encontra-se, por fim, a tese da **analogia**, que constitui a solução clássica para o problema. Supera a antinomia do uno e do múltiplo, viabilizando o discurso ontológico, ao considerar a significação do ser parcialmente idêntica e distinta, consoante o ente a que se refere e que o realiza de modo único. Afirma

⁸ Ver: A. G. Álvarez, *op. cit.*, 1.ª secção, cap. III, art. 1, pp. 113-115, e M. Heidegger, *Sein und Zeit*, Gesamtausgabe, vol. 2, Frankfurt am Main, V. Klostermann, 1977; tradução francesa: *Être et Temps*, Paris, Gallimard, 1986, introdução, § 1, pp. 25-28.

⁹ Ver, por exemplo Béla Weissmahr, *Ontologie*, Stuttgart, W. Kohlhammer GmbH, 1985; tradução castelhana: *Ontología*, Barcelona, ed. Herder, 1986, 2.ª p., 1.º cap., § 4, pp. 108-114, e ainda A. G. Álvarez, *op. cit.*, 1.ª secção, cap. IV, art. 2, pp. 176-186.

assim a unidade ontológica dos entes, a sua participação no «ens commune», ao mesmo tempo que garante a sua «haecceidade» ou individuação, proporcional ao grau de perfeição da essência, que os configura e determina.

2. HISTÓRIA DO CONCEITO DE ONTOLOGIA

2.1. ARISTÓTELES, A FILOSOFIA PRIMEIRA E A TENSÃO ENTRE ONTOLOGIA E TEOLOGIA

Logo após a apreensão noética do ser por Parménides, na sua oposição ao não-ser, como a unidade englobante de tudo o que é, surge o relativismo sofístico, que degrada e reduz o ser ao plano do discurso, dialetalizando-o com o não-ser.

A reação de Platão foi inquirir, seguindo o exemplo de Sócrates, não tanto pela natureza do ser enquanto tal como pelo que nele há de verdadeiro, ou seja, de imutável – esse fundo permanente e eterno, a que deu o nome de «ousía» e que caracterizou como «forma» ou «ideia» – o universal, suscetível de definição, ou seja, de conhecimento. No diálogo «O Sofista» (cf. 258c-259b), o ser aparece como o género supremo, de que participam todas as ideias enquanto são e de que diferem, enquanto são elas mesmas um **outro-ser** determinado, distinto do ser. Platão vai, assim, integrar a alteridade e o movimento no discurso ontológico, sem, porém, sair do plano inteligível das ideias. Ora, este não é, para Aristóteles, o plano real do ser, ou seja, da **natureza** (fúsis), constituída por indivíduos em movimento, mas tão-só o plano, ideal, do que deles é predicável e que só por referência àqueles ganha validade.

Conservando de Platão o projeto de um conhecimento universal do ser, mas com o olhar posto em primeiro lugar na dimensão concreta e individuada daquele em cada ente, vai Aristóteles perguntar já não pelo ente verdadeiro, como fizera Platão, mas pelo **ente enquanto ente** (ὄν ἢ ὄν), formulando assim a questão ontológica na sua máxima universalidade, extensiva ao sensível bem como ao plano do suprassensível (cf. *Metaf.*, Γ 1; K 3-6; E 1; Z; H; M 1-9).